

EDITORIAL

A Revista do Curso de Direito da UNIABEU lança o número 1 do seu décimo segundo volume.

A atual edição contém quatro artigos e 18 resumos expandidos apresentados no II Seminário de Pesquisa do Curso de Direito do Centro Universitário Uniabeu Campus Nilópolis 2019.

O primeiro artigo foi escrito por Gisele Leite é intitulado Considerações sobre os aspectos jurídicos da atividade minerária no Brasil. Segundo a autora “há falta de elementos suficientes para se analisarem e se comporem os conflitos de interesses decorrentes da exploração da atividade minerária, desde a fase de planejamento até o fechamento da mina, de forma que sejam minimizados por meio de gestão que possibilite a interação entre as partes interessadas”.

Em seguida apresenta-se o artigo escrito por Dimitris Liakopoulos é intitulado Extraterritorial obligations of states on economic, social, cultural rights and development operations e o e o trabalho em questão discute “extraterritorial obligations of ICESCR Contracting Parties in the context of development cooperation operations that could jeopardize the enjoyment of human rights across the border”.

O terceiro artigo, escrito por Luciana Cláudia Mendes Francês e Luciana de França Oliveira Rodrigues, tem como título Repercussão jurídica da união estável homoafetiva feminina e o advento da “gestação compartilhada”: uma abordagem do conflito da maternidade em face do princípio da dignidade da pessoa humana e busca “apresentar o conceito da chamada ‘gestação compartilhada’, normatizada pelo Conselho Federal de Medicina, e do conflito de maternidade que possa dela advir, além de introduzir as possíveis discussões jurídicas decorrentes da sua implementação, a partir da ausência de norma legal expressa mediante lacuna do ordenamento jurídico vigente”.

O último artigo foi escrito por Mayra Lima Vieira e recebeu o título de O princípio da legalidade tributária como limitação ao poder de tributação do Estado. E, segundo a autora “tem por objetivo destacar a importância do princípio da legalidade tributária como instrumento de limitação ao poder de tributação exercido pelo Estado, considerando-se que tais limitações compõem o grupamento de características que fixam o campo, o modo, a forma e a intensidade de atuação do poder de tributar do Estado em detrimento do contribuinte, bem como são elementos primordiais para o adequado funcionamento do estado democrático de direito”.

Revista do Curso de Direito



Na seção seguinte destinada a eventos são apresentados 18 resumos expandidos escritos por acadêmicos de graduação, pós-graduação lato e stricto sensu de Direito das mais diversas áreas.

Felicitações aos autores.

Boa leitura!

Luciana de França Oliveira Rodrigues
Editora